

# A Constituinte

ANC

Quarta-feira, 4-2-87 — O ESTADO DE S. PAULO

## MILITARES Dentro ou fora da política. Aqui, duas opiniões.

O brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira disse, ontem, no Rio, que as Forças Armadas não devem se envolver em questões de política partidária, "porque ela deve ser exercida pelos políticos". Para o professor Eliezer Rizzo de Oliveira, da Unicamp, essa adaptabilidade dos militares às novas regras do jogo político, entretanto, não foi acompanhada pela independência dos partidos, que continuaram vendo nas Forças Armadas apenas um componente do extinto regime autoritário. Por isso, Eliezer Rizzo acredita que as Forças Armadas continuarão, apesar do novo texto constitucional, a ter a mesma autonomia de hoje para colocar tropas nas ruas, por exemplo, sem ne-

nhum tipo de consulta ao Congresso.

O brigadeiro Deoclécio Lima, ex-ministro do Superior Tribunal Militar, considerado na Aeronáutica "um verdadeiro discípulo de Eduardo Gomes", do qual foi chefe do gabinete, defendeu uma Constituição democrática, que reduza as grandes desigualdades do País, reflita os anseios da sociedade brasileira e garanta a estabilidade contra conspirações que prejudiquem a legalidade democrática. Primeiro militar brasileiro a defender, ostensivamente, ainda na vigência do Ato Institucional nº 5, a volta ao Estado de Direito, o brigadeiro disse confiar nos constituintes na "sua capacidade de definir com coragem uma nova Carta Magna que corresponda à grandeza da Nação brasileira".

Perguntado sobre a possibilidade de ocorrência de movimentos golpistas, como os registrados no passado, o brigadeiro Deoclécio Lima disse que, "hoje, a Nação está mais amadurecida e tem condições de evitar os que conspiram contra a legalidade". E acrescentou: "Muitas vezes, as conspirações do passado foram estimuladas da área política, mas da nossa parte o melhor é que os militares brasileiros permaneçam voltados para as atividades das Forças Armadas, não se envolvam com a política partidária, porque ela deve ser exercida pelos

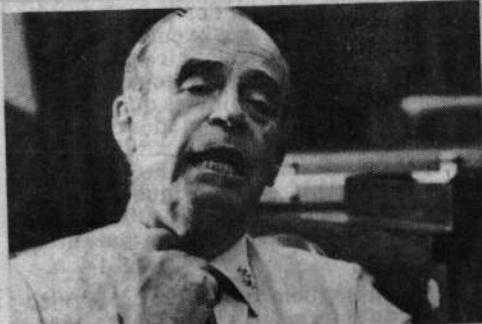
políticos, que têm experiência e receberam mandato para essa atividade", concluiu. Outros militares, ao analisar o futuro das Forças Armadas, admitiram que do amadurecimento da classe política brasileira dependerá em grande parte a manutenção da opção profissional das instituições militares.

### Autonomia

Para o professor Eliezer Rizzo de Oliveira, doutor pela Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris — considerado um especialista no assunto —, a discussão sobre a participação política dos militares, na elaboração da nova Constituição, não deve "limitar-se à definição de que caberá às Forças Armadas a nossa defesa interna ou externa. A questão é muito mais profunda, porque é necessário discutir-se até que ponto a autonomia militar pode comprometer o regime democrático".

O preceito constitucional que permite às Forças Armadas colocar tropas nas ruas sem consulta ao Congresso, como ocorreu recentemente em manifestações em Brasília ou durante a greve geral de 12 de dezembro no Rio, lembra Rizzo, deverá ser mantido na nova Carta. Segundo o professor, vários fatores levam a essa conclusão, mas há

um aspecto fundamental para garantir aos militares a manutenção do poder de intervenção determinado pelo artigo 91 da atual Constituição: enquanto os militares se prepararam para conviver com as novas regras do jogo político — o que lhes permitiu deixar o governo sem se afastar do centro das decisões — os partidos continuaram vendo nas Forças Armadas apenas um componente do extinto regime autoritário. Assim, segundo o professor, assuntos importantes para definir a função militar não são debatidos nos meios políticos, reforçando as possibilidades de a autonomia das Forças Armadas não ser reduzida pelos constituintes.



Deoclécio: política para os políticos.

Rizzo considera "democrático" o procedimento das Forças Armadas quando atuam em defesa de seus interesses. Mas diz que os políticos "parecem não perceber que mesmo sem exercer diretamente o governo o aparelho militar não deseja abrir mão dos espaços ocupados, como é o caso do CSN e do SNI, que são organismos civis militarizados".

Para ele, a modificação que a Comissão Afonso Arinos fez no primeiro texto do anteprojeto da Constituição encomendado pelo governo, revela o poder de pressão dos militares. O trecho onde constava que as Forças Armadas defenderiam o País, a integridade territorial e os Poderes constituídos, foi alterado, passando a constar que os militares "deveriam defender a ordem constitucional".

Nesse debate, afirma Rizzo, a incompetência dos políticos — "se há algum culpado são os próprios partidos, que funcionam apenas nas eleições e não possuem doutrina sobre várias questões" — faz com que os "chefes militares não encontrem interlocutores contrários aos seus argumentos". Esse quadro, segundo Rizzo, só vai se alterar quando os políticos "acordarem para o debate sobre a definição da política estratégica nacional, que Forças Armadas teremos e como elas devem ser preparadas".

ANC 88

Pasta 01 a 04

fev/87

118